



Acta Scientiarum. Language and Culture
ISSN: 1983-4675
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Almeida Inhoti, Aline
O (an)alfabetismo e a história (in)acabada
Acta Scientiarum. Language and Culture, vol. 32, núm. 2, 2010, pp. 297-298
Universidade Estadual de Maringá
.jpg, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307426644017>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

O (an)alfabetismo e a história (in)acabada

FERRARO, Alceu Ravanelo. **História inacabada do analfabetismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009. 207 p. ISBN 9788524915246

Aline Almeida Inhoti

Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: alinhoti@yahoo.com.br

Em “História inacabada do analfabetismo no Brasil”, o pesquisador e professor Alceu Ravanelo Ferraro tem o objetivo de dialogar com a temática do analfabetismo no Brasil, apresenta reflexões e análise da situação do analfabetismo no país no século XXI para traçar a história do analfabetismo a partir do primeiro censo realizado, em 1872, até o século XX. O autor levanta questionamentos em cada capítulo que trazem à visibilidade a exclusão social e histórica daqueles que declaram não saber ler e escrever. Na caminhada temática do livro, o pesquisador aborda a construção nacional do problema do analfabetismo, o retrospecto às pesquisas censitárias acerca do analfabetismo, o MOBRAL e a Ditadura Militar, a emergência da desigualdade social e regional dos estereotipados analfabetos, no cruzamento entre classe, raça, gênero, geração e a escola e o analfabetismo. O livro acomoda oito capítulos principais e cada capítulo é subdividido em itens que fomentam os questionamentos levantados no decorrer da leitura.

Inicialmente, o percurso traçado com riqueza de detalhes contempla dados obtidos nas pesquisas censitárias, único meio de resgatar o universo do analfabetismo desde o primeiro censo realizado em 1872, no Segundo Reinado. Por meio de reflexões, Ferraro tece uma crítica aos recenseamentos nacionais seja pela impossibilidade de verificar a autenticidade e legitimidade dos dados seja pela estigmatização do ser analfabeto poder tender o entrevistado a esconder sua condição. Ao estabelecer um diálogo com Paulo Freire, o pesquisador salienta o analfabetismo como uma realidade injusta, um problema político em nossa sociedade que privilegia o domínio da língua escrita não apenas como uma necessidade, mas também como um dispositivo de distinção cultural e social. Diante da desigualdade social, o professor traça um panorama sobre a educação na sociedade romana e as causas políticas e sociais do analfabetismo para delinear o analfabetismo no Brasil, que, assim como na

sociedade romana, tem sua condição de existência ligada estritamente à política e revoluções sociais e culturais.

Dessa forma, Ferraro é sensível às condições em que emergem a eleição brasileira, na introdução do voto direto, no período do fim da Monarquia e proclamação da República. Ao retomar os debates políticos que versaram sobre a temática do analfabetismo, principalmente àqueles referentes aos projetos Sinimbu e Saraiva, o autor demonstra e comenta como a sociedade brasileira letrada construiu uma realidade injusta, discriminatória e excludente que via os analfabetos como cegos, dependentes, incapazes e ignorantes. A esta memória política pejorativa foram depositados mais de um século de proibição do direito do voto dos analfabetos.

Adiante, Ferraro traça quatro períodos da trajetória secular da taxa de analfabetismo no Brasil: de 1872, primeira coleta censitária, a 2000. Observamos que os dados obtidos nas pesquisas censitárias revelam números elevados de analfabetismo, principalmente antes da República, estimados em 82 a 83% da população analfabeta com 5 anos ou mais e, ainda, acenam para um exercício de análise significativo e com um tom de esclarecimento feito pelo autor a cada Censo apresentado. Em suas análises, o pesquisador constata que as taxas de analfabetismo reduziram a partir da segunda metade da década de 1950, entretanto Ferraro acredita que a alfabetização poderia ter avançado se não tivesse no percurso o Regime Militar com sua visão tecnicista da alfabetização. O autor concentra um capítulo do livro para tomar como aspecto central o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização – e reflete a controvérsia sobre os objetivos fundamentais da Ditadura Militar que, por meio de um regime autoritário e excludente, proclama a universalização e democratização do ensino.

Por conseguinte, o autor envolve o livro com um rico roteiro de gráficos que visibilizam as discrepâncias regionais acerca do analfabetismo. Dessa forma, o pesquisador avalia e delineia a elevada constituição do analfabetismo no Brasil nos nove estados do Nordeste; mais o Acre em contraposição com os estados da Região Sul; a parte sul da Região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro); mais o Distrito Federal. Nessa proposta de discussão, Ferraro atenta-se para o período de 1872 em que não havia discrepâncias acentuadas nas províncias do Império. O agravamento das desigualdades e o início da regionalização iniciaram-se no Brasil nos anos de 1920 e 1960, em meio à crise do café, Revolução de 1930, industrialização, urbanização, crise da borracha e construção de Brasília. O autor tece comentários de que a educação seja um dispositivo de poder possível de explicar a desigualdade brasileira, com a emergência no Brasil como uma questão política e constitui-se na grande vergonha nacional.

Diante das ponderações apontadas em relação à desigualdade social, a atenção do pesquisador centra-se na constatação de uma associação entre cor ou raça, *status socioeconômico* e gênero dos sujeitos analfabetos, uma vez que o censo realizado em 2000 apresenta enormes desigualdades entre homens e mulheres e entre negros(as) e brancos(as) em cada uma das categorias na ocupação. O autor ainda intensifica a necessidade de se avaliar a perspectiva de classe social no estudo da educação.

Por fim, Ferraro termina a caminhada temática com o questionamento central sobre a relação entre escola e analfabetismo no Brasil. Ressalta que a Unesco, há mais de 50 anos, preocupa-se com a questão ao constatar que a proporção de analfabetos em idade escolar é mais elevada do que entre pessoas de idade superior a de 15 anos. O autor, por meio de seus trabalhos anteriores, retoma duas formas de exclusão escolar, a exclusão da escola e a exclusão na escola, para criticar métodos de ensino que dão como realizada a universalização da educação, deixando à margem o problema do acesso à escola. No âmbito da exclusão no processo de escolarização, o autor chama a atenção sobretudo para as expressões como baixo rendimento, fracasso escolar, reprovação, recuperação e repetência. O pesquisador

finaliza a obra com a ponderação de que a partir do ano 1980, especialmente na década de 1990, a incorporação de crianças excluídas da escola não supera o fenômeno da exclusão na escola, uma vez que tal fenômeno só poderia ser reduzido na diminuição de reprovação e repetência. Ferraro assenta que os dados dos processos de exclusão da escola, analisados isoladamente, não contribuem para o avanço da escolarização e na superação da condição de analfabetismo.

Consideramos o percurso traçado nesta obra, seja pela riqueza do trabalho em delinejar a história do analfabetismo seja pela atenção de visibilizar os censos demográficos, importante para a contribuição a estudiosos e pesquisadores da problemática do analfabetismo, na compreensão de um universo de exclusão social. O leitor perceberá a complexidade do problema do analfabetismo e possibilidades de caminhos a serem trilhados, na inquietude que vê no sujeito analfabeto a desigualdade social, cultural, educacional e política brasileira.

O leitor, porém, não encontrará no livro um olhar pedagógico acerca do processo de alfabetização e letramento dos sujeitos analfabetos, justamente por Ferraro fundamentar-se em uma ótica predominantemente sociológica. O livro possibilita ao leitor questionar a suficiência dos dados nas pesquisas censitárias, uma vez que os censos não consideram os entrevistados nas práticas sociais da cultura escrita e não interrogam se os entrevistados respondem as suas necessidades básicas de cidadão na sociedade grafocêntrica. Acompanhar o olhar reflexivo de Ferraro nesta obra sobre o sujeito analfabeto é instigante, uma vez que os entrelaçamentos entre língua nacional, educação, analfabetismo, política e escola permitem um contraponto para reflexões acerca da constituição da sociedade brasileira.

Received on May 8, 2010.

Accepted on August 19, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.